



# MOVIMENTOS SOCIAIS E INFÂNCIAS: A PRESENÇA DAS CRIANÇAS NO COTIDIANO E SUA CONFIGURAÇÃO EM FORMAS DE LUTA POLÍTICA

**Social movements and childhood: the presence of children in daily life and their configuration to forms of political struggle**

**Márcia Aparecida GOBBI**

Faculdade de Educação (FE-USP)  
Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

[mgobbi@usp.br](mailto:mgobbi@usp.br)


<https://orcid.org/0000-0001-9850-0190> 

**Juliana Diamante PITO**

Núcleo de Educação Infantil Paulistinha  
Universidade Federal de São Paulo

São Paulo, Brasil

[juliana.pito@unifesp.br](mailto:juliana.pito@unifesp.br)

<https://orcid.org/0000-0003-0850-4249> 


**Vanessa Marques D' ALBUQUERQUE**

Faculdade de Educação (FE-USP)  
Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

[vanessa.albuquerque.marques@gmail.com](mailto:vanessa.albuquerque.marques@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-0500-7554> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

## RESUMO

Este artigo apresenta estudos sobre movimentos sociais e infância desenvolvidos por suas autoras num período compreendido entre os anos de 2019 aos dias atuais. O argumento central se sustenta na afirmação de que a presença das crianças impulsiona o Movimento, conferindo-lhe um ritmo variável na construção de uma infância que não apenas os integra, mas também habita e produz os espaços ocupados. Para tal, buscou-se relacionar a presença das crianças, desde bebês, na dinâmica da produção e da vida cotidiana em um edifício e um terreno ocupado por dois movimentos sociais Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ): a Ocupação Ipiranga e o acampamento Marielle Vive! Organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Na estruturação procuramos destacar os movimentos sociais urbanos e os rurais e suas relações com as crianças. Isso nos forneceu formas de compreender a presença e a produção do espaço pelos bebês no cotidiano de uma Ocupação, fruto da luta por moradia, em São Paulo, assim como, a presença das crianças de variadas idades na luta pela terra numa perspectiva intergeracional em um acampamento do MST, em Valinhos. Palavras de ordem, gestuais, expressões de desejos, aceitação ou não de pontos de vista adultos são manifestações infantis entendidas como importantes sinais de presença e desta como motivação de atos políticos implicados à criação de espaços de brincadeiras e relações para e com as crianças. Evidencia-se que se trata de práticas que são também forjadas nas relações adultocentradas, ainda frequentes, que nos remetem ao poder exercido por pessoas adultas para com as crianças envolvendo escolhas em processos decisórios e, de modo complexo, concomitante ao entendimento dos direitos das crianças. Lembram-nos de não idealizar ou universalizar a infância. Pretendemos promover reflexões e alguns tensionamentos nos estudos das infâncias, estudos urbanos e dos movimentos sociais, revelando que a presença de crianças altera, ainda que sutilmente, a dinâmica do movimento social e da vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infâncias. Movimentos sociais. Presença. Bebês. Cotidiano.

## ABSTRACT

This article presents studies on social movements and childhood developed by its authors in a period between the years 2019 and the present day. The central argument is based on the statement that the presence of children drives the Movement, giving it a variable rhythm in the construction of a childhood that not only integrates them, but also inhabits and produces the spaces occupied. To this end, we sought to relate the presence of children, from babies, in the dynamics of production and daily life in a building and a plot of land occupied by two social movements Housing Movement in the Struggle for Justice (MMLJ): the Ipiranga Occupation and the Marielle Vive! Organized by the Landless Rural Workers Movement (MST). In the structuring, we seek to highlight urban and rural social movements and their relationships with children. This provided us with ways to understand the presence and production of space by babies in the daily life of an Occupation, the result of the struggle for housing in São Paulo, as well as the presence of children of various ages in the struggle for land from an intergenerational perspective in an MST camp in Valinhos. Slogans, gestures, expressions of desires, acceptance or not of adult points of view are children's manifestations understood as important signs of presence and of this as a motivation for political acts implied in the creation of spaces for play and relationships for and with children. It is evident that these are practices that are also forged in adult-centered relationships, still frequent, which refer us to the power exercised by adults towards children involving choices in decision-making processes and, in a complex way, concomitant with the understanding of children's rights. They remind us not to idealize or universalize childhood. We intend to promote reflections and some tensions in childhood studies, urban studies and social movements, revealing that the presence of children alters, albeit subtly, the dynamics of social movement and life.

**KEYWORDS:** Childhoods. Social movements. Presence. Babies. Everyday.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em um presente ubíquo que se impõe às vidas de modo onipotente. Fundamentadas nas contribuições teóricas de Henri Lefebvre, acreditamos que experienciamos certa destruição das temporalidades da vida social, resultado do funcionamento e das manipulações do tempo pelo capital, o que expressa certo desprezo pela vida a ser vivida de modo mais substantivo. Contraditoriamente, esse *presentismo* nos parece ser obra daqueles que insistem em exterminar o presente e, com ele, uma gama de sonhos, desejos, esperanças e direitos conquistados, que são triturados ou reduzidos a repetições de jargões dúbios e esvaziados. As esferas da vida social estão sendo destruídas. Diante desse cenário e estudiosas da infância, temos nos perguntado: Onde e como ficam as pessoas nisso? Quais as relações estabelecidas pelas crianças dentro dessas condições? Organizam-se politicamente? Participam de movimentos sociais? Como são feitas as suas lutas? Como são vividas as suas alegrias e agruras diárias?

Essas breves considerações nos servem como ponto de partida para relacionarmos o que tem se configurado como um conjunto de sentimentos e práticas difusas, a fim de refletirmos sobre a presença das crianças na dinâmica da produção e da vida no cotidiano, tanto no tempo linear – que se faz de modo diário, rotineiro, em repetições – quanto no tempo cíclico – manifesto na organização social. Neste contexto, e como resultado de pesquisas já finalizadas, optamos por um pequeno recorte que

busca evidenciar as crianças e o cotidiano produzido nos movimentos sociais de luta por moradia e pela reforma agrária popular. Sabe-se que qualquer ação humana envolve a capacidade de mudança. Mediada que é pela e na vida social, guarda em si a possibilidade de transformação das relações, dos espaços e do tempo. Com isso, buscamos responder a uma pergunta ampla que nos tem perseguido e que procuramos enfrentar há tempos: afinal, o que pode fazer – e faz – a presença das crianças e os seus atos no cotidiano de luta, conquista e manifestações em um movimento social? Tempo presente e presença são aproximados aqui de espaços resultantes da luta por moradia e por terra e concebidos pelos movimentos sociais urbano e rural em São Paulo.

Cada uma das autoras participou em períodos diferentes do desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão, cuja duração inicial ocorreu no ano de 2019, que implicaram a realização de observações, entrevistas e incursões etnográficas nesses espaços<sup>1</sup>. O objetivo principal é apresentar e relacionar a presença das crianças, desde bebês, no tempo presente, à vida cotidiana em edifício e terreno ocupados por dois movimentos sociais: a Ocupação Ipiranga – situada na região centro da cidade de São Paulo, resultado da luta e da conquista do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ) – e o acampamento Marielle Vive! – situado na cidade de Valinhos e ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Para tanto, partimos da premissa de que a presença de crianças nesses movimentos configura-se como motivador de atos políticos – não necessariamente expressos em participações diretas – que concretizam vínculos entre participantes de todas as idades e que implicam a produção de práticas voltadas às crianças e ao seu bem-estar.

Não se trata de eliminar o passado e/ou o futuro reforçando somente o tempo presente nas relações entre pessoas. Isso seria desconsiderar processos sociais e suas incidências sobre a produção das relações entre as pessoas de todas as idades e dos espaços. Trata-se aqui de preocupar-se com a presença das crianças em diferentes relações e práticas sociais e como isso repercute na produção do cotidiano dentro dos movimentos sociais aqui apresentados. Acreditamos ser de extrema relevância, pois essa presença registrada, vista e sentida, implica a produção de outras relações entre

---

<sup>1</sup> São elas: GOBBI, Marcia. Imagens de São Paulo: moradia e luta em regiões centrais e periféricas da cidade a partir de representações imagéticas criadas por crianças. FAPESP, regular (2017-2020); GOBBI, Marcia. Lutar, morar, cuidar: crianças e mulheres em luta por moradia nas periferias da cidade de São Paulo. CNPq Pq. processo 315123/2021-4; PITO, Juliana Diamante Pito, Bebês, presente! Produção do espaço, cotidiano e luta na Ocupação Ipiranga, Faculdade de Educação da USP, tese de doutoramento; D'ALBUQUERQUE, Vanessa Marques, Práticas cotidianas de cuidar e educar nas interrelações entre mulheres e crianças no Assentamento Marielle Franco, título provisório da tese de doutorado. Faculdade de Educação da USP.

elas e delas com as pessoas adultas. Como abordaremos ao longo deste artigo, ainda que de formas sutis, observa-se mudanças em alguns rumos dados às assembleias e a própria produção do espaço que, se é reconhecidamente adulto, ganha ares de infância, mesmo que de modo efêmero, pela presença das crianças e suas ideias e solicitações. Levamos em conta que esta presença se faz em disputas. Estar em assembleias, ou mesmo em momentos de brincadeiras e reivindicar alguns direitos relaciona-se também ao poder, ainda perceptível, sobretudo num universo fundamentalmente adultocentrado e de viés masculino, apesar da presença majoritária de mulheres na luta urbana e no campo. Ao considerarmos as crianças e suas particularidades quando presentes nos movimentos sociais nos colocamos ao lado dos estudos atuais e preocupados com o Sul Global visando a desconstrução de concepções que tenham como premissa modelos hegemônicos e eurocentrados. Nosso entendimento permite-nos afirmar a presença de novos sujeitos – as crianças – nos movimentos de luta, que nos levam ao enfrentamento da presença consolidada de pessoas adultas nas decisões a serem tomadas, deste modo corroboramos e dialogamos fortemente com os estudos de Bizzotto (2022) cujo doutoramento analisa experiências de crianças em ocupação belo horizontina e aponta para a importância do brincar nas alianças feitas entre crianças e pessoas adultas, mulheres sobremaneira, na produção de brincadeiras e do cotidiano.

Consideramos, desde já, que, em ambos os movimentos sociais pesquisados pelas autoras deste artigo, as crianças não são apenas um dos motivos e a razão para a luta, mas também a vida que deve ser preservada. Além disso, são uma das presenças que impulsionam o rompimento da parede ou da cerca no ato de ocupação. Aproximando-nos de reflexões feitas por Judith Butler (2011), identificamos que elas expressam as vidas que podem ser enquadradas e devem permanecer, e, com isso, apresentam uma nova pergunta aos estudos da infância: quais vidas importam e o que implicam às movimentações dentro dos movimentos sociais? É a criança que dinamiza parte da vida e da luta no presente e na representação de um futuro diferente. É valorada, e por ela e com ela se luta. A partir de observações em campo, temos que a presença das crianças não se concretiza apenas na fala, mas em gestos, choros e demais manifestações de alguns desejos e direitos, assim como em seus corpos, nos quais suas vidas estão inscritas. Elas se fazem matéria entre todas as pessoas e se destacam, de algum modo, entre lideranças dos movimentos. As crianças são reconhecidas como tal em seus direitos e, alguns de seus atos, são compreendidos como próprios “de crianças” e parte de uma infância específica presente em movimentos, no movimento social, ainda que sutilmente.

Neste artigo, não haverá aprofundamentos sobre os modos de viver das crianças em edifícios ou terrenos ocupados.<sup>2</sup> Nosso objetivo é apresentar estudos sobre movimentos sociais e infância, desenvolvendo o argumento de que a presença das crianças impulsiona o Movimento, conferindo-lhe um ritmo variável – ora mais ágil, ora mais pausado – na construção de uma infância que não apenas os integra, mas também habita esses espaços ocupados. Para tanto, o artigo está estruturado em três seções. Na primeira, refletimos sobre os movimentos sociais urbanos e rurais e sua relação com as crianças, desde bebês. Em seguida, voltamo-nos para os bebês, a produção do espaço e suas presenças no cotidiano da Ocupação Ipiranga, em São Paulo. Por fim, apresentamos as crianças sem terrinha do acampamento Marielle Vive!, em Valinhos, e concluímos este artigo ávidas pela continuidade da produção de investigações e reflexões sobre o tema.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E AS INFÂNCIAS QUE OS MOVIMENTAM**

Historicamente, os movimentos sociais são reconhecidos por seus atos, manifestações e organizações políticas de combate de caráter macro, envolvendo pessoas adultas e contando majoritariamente com homens na coordenação. Contudo, recentemente, temos a presença de outras formas de manifestações políticas que podem ser vistas desde dentro dos movimentos sociais e/ou à parte deles, como a evidenciar braços de ações. No Brasil contemporâneo, os ativismos social, político e cultural se expressam por meio de atos de protesto, manifestos públicos, manifestações nas ruas, ações civis comunitárias solidárias, movimentos sociais, coletivos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras fronteiras do associativismo civil. Segundo Maria da Glória Gohn (2022), essas expressões são respostas pontuais de indignação e luta por direitos, refletindo novos modos de ação diante das emergências cotidianas que exigem soluções mais rápidas. Nessas configurações, surgem novos personagens em cena: as crianças, que ora protagonizam os movimentos diretamente, ora se tornam alvo de preocupações que, em conjunto, emergem em práticas educativas, políticas, culturais e lúdicas a elas destinadas.

Manfred Liebel e Paula Shabel, pesquisador e pesquisadora que, nas últimas décadas, têm se dedicado aos estudos de movimentos sociais e infâncias em distintas

---

<sup>2</sup> Sob alguns aspectos, isso foi abordado por Marcia Gobbi em sua obra *Desenhar e Ocupar: crianças na Mauá, Ipiranga e Prestes Maia*, lançada em 2023. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1035>. Acesso em: 20 fev. 2025.

regiões do mundo, oferecem-nos uma base para associar essas formas de ativismos, coletivismos e movimentos sociais à infância no Brasil. Morales e Magistris (2019) afirmaram que as crianças, quando se encontram compreendidas e coparticipes dos movimentos sociais, são coprotagonistas da transformação social, contrapondo-se às formas adultocêntricas de relações sociais. A reação de ambos os Movimentos – Ocupação Ipiranga e Marielle Vive! – se dá contra os modos racistas, aporofóbicos e geracionais com os quais as crianças são tratadas na sociedade.

Os autores chamam a atenção para certa insuficiência da proteção garantida por algumas leis e alguns direitos, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, o que tem levado as crianças a se unirem em prol da manutenção ou da conquista de novos direitos. Ao mesmo tempo, suas presenças nos movimentos sociais prenunciam que elas não são apêndices nas relações, mas parte politicamente integrada. Não encontramos a presença de bebês e crianças de pouca idade nos estudos levantados até o momento, mas acredita-se na importância de relacioná-los, seja pela presença, seja pela ausência nos Movimentos. Será de grande valia para pensarmos nessa infância de pessoas com pouca idade como sujeitos, cujas vozes, gestuais e outras expressões manifestam a produção de direitos e formas de compreendê-los no cotidiano, contrariando o fato de sempre estarem à margem de processos decisórios.

Há extensa bibliografia sobre movimentos sociais e suas lutas (Gohn, 2019; Sposito, 1993; Sader, 1989; Caldart, 2000; Gouvea; Carvalho e Silva, 2021; Alonso, 2009, 2023), o que permite aferir importantes matrizes teóricas, identificando problematizações e explicações fundamentais, demandas sociais e conquistas. Contudo, urge explicar as novas formas de organização e ações coletivas. Pesquisas têm evidenciado a relação entre o MST e a preocupação concreta com as crianças, os sem-terrinha (Rossetto, 2009, 2016; Ramos, 2021; Freitas, 2022), porém, ainda temos lacunas nos estudos sobre essa relação nas complexas tessituras do urbano. A luta urbana por moradia tem apresentado organizações de base comunitária, existentes em ocupações de terreno e edifícios, cujas experiências produzidas, fundamentalmente por mulheres e crianças, remetem a formas de vida que ora confrontam-se com a ideologia empreendedora e individualista de caráter neoliberal, ora criam gestões coletivas da ocupação no terreno ou edifício, que podem ser traduzidas em transformações nas condições de vida e do modo como as relações sociais são compreendidas e conduzidas em resposta às égides do capital.

Para além de organizar processos de ocupações de edifícios e terras, cujos proprietários não cumprem com a função social da propriedade, conforme consta na

atual Constituição Federal do Brasil, os movimentos sociais exercem importante papel formativo para as pessoas moradoras de edifícios ocupados, ganhando relevância e maior peso no cotidiano que é tomado pelo uso de informações e avisos frequentemente enviados pelas redes sociais e que invadem e configuram relações. São vistas e debatidas nas escadas, nos barracos, nas moradias propriamente ditas, em assembleias, em uma vagarosa, mas valorosa construção de cultura política entre algumas pessoas moradoras e demais aprendizados em que sujeito educativo – o movimento – se mescla na fatura contínua de sujeitos de reflexão e ação – moradores. São diferentes as dinâmicas e os desafios enfrentados pelos movimentos urbano e rural, o que implica não os comparar sob pena de forcarmos a existência do que não é possível.

Ao considerarmos os movimentos sociais, entendemos a existência de uma prática relacional que mobiliza diferentes âmbitos da vida de crianças e pessoas adultas, especialmente as mulheres, e implicam mudanças, ora mais, ora menos sutis, nas vidas, lutas e conquistas junto ao movimento social. Embora não seja nosso mote, vale ressaltar que, no que toca às teorias pedagógicas, como afirmou Roseli Caldart (2000), os movimentos sociais não têm sido considerados. Parece haver certa resistência em cogitar suas práticas como educativas e a eles como sujeitos pedagógicos, ou ainda, muitas pessoas afirmarão que não se trata de objeto pertinente às discussões da Pedagogia e formação de professores. Nas pesquisas levadas a cabo no movimento social urbano, considera-se que está em curso a construção de uma responsabilidade sobre as crianças que nos faz acreditar no reconhecimento do que é ser criança. A presença delas produz sentido e confere algo vital ao Movimento. Dentro dos movimentos em que investigamos, consideramos que as crianças pertencem a uma determinada condição ambivalente em que, ao mesmo tempo, são agentes, resistentes, mas que também se submetem a posturas adultocentradas que ainda perseveram nos movimentos. É sujeito político de direitos em concomitância com as condições e compreensões tidas em um universo infantil ainda desconhecido e tido como subordinável. Neste sentido, se a presença se impõe a ponto de produzir relações e práticas dentro dos movimentos sociais e de suas lutas e conquistas, ela também é alvo de sujeições. Ainda assim, neste caso, ela seria o rosto que não se pode marcar, em alusão à Judith Butler (2011) e às suas ricas reflexões a partir de Emmanuel Levinas. Ao mesmo tempo precário e resistente, guarda dimensões na vida que deve e que faz seguir.



Reconhecer que algumas são mais, outras menos protegidas e que algumas são mais vulneráveis que outras implica também a necessidade de buscar formas de garantir-lhes certa centralidade na dinâmica da vida, ainda que de modo lacunar. A presença das crianças configura-se como mostra viva, seja da precariedade da vida das próprias crianças e das pessoas adultas, seja da força para continuar a luta, expressa em atos, desde os bebês. Há uma responsabilidade compartilhada pela vida de cada um, e as crianças não escapam disso. Retomamos a ideia de que ela é o rosto que está sendo visto e reconhecido como humano e como tal produz o sentido de responsabilidade por ela. É a presença da criança, marcada por suas urgências e direitos, que também se configura como política, produzindo relações que, a partir do reconhecimento, alteram a dinâmica do movimento social e da vida em ambas as formas de ocupar aqui estudadas.

Destaca-se a importância de investigarmos a materialidade da presença das crianças em movimentos sociais e espaços urbanos (Gobbi, 2022), conjugando-a a formas existentes, e ainda preponderantes, de concepções universalistas de infância, que inscrevem nas crianças determinados modos possíveis de manifestar-se, ou silenciar-se, em certas condições, especialmente quando nos atemos às práticas em atos políticos e movimentos. Cientes do desafio, insistimos no enfrentamento dos estudos da infância e sua relação com estudos sobre os movimentos sociais, entendendo a presença física, corpórea, como fundamental para a compreensão de formas, ora enfáticas, ora sutis de participação política das crianças. Ao nos concentrarmos nas experiências de movimentos sociais, entendemos que elas vão sendo inscritas entre um e outro, em que a ideia de uma infância hegemônica se entrecruza e se produz junto à contra hegemônica.

Ao longo das pesquisas, foi possível observar a infância forjada na luta diária como parte integrante das preocupações e objeto destes movimentos que organizam e/ou consideram a presença das crianças em assembleias, visitas a espaços culturais, jogos esportivos dentro e fora das Ocupações e no Acampamento pesquisado. Vê-se ainda discussões eventuais vinculadas ao tema racismo e, de forma ainda bastante incipiente, debates sobre mulheres, nos quais as meninas, meninos e meninos surgem como um de seus motivadores. Essas práticas configuram a presença das crianças no movimento social e conferem força de atuação e mobilização de formação na vida das crianças e, seria possível inferir, de todas as pessoas a elas relacionadas direta ou indiretamente. Destaca-se que não se trata da percepção da infância que poderia se converter em diálogos específicos sobre as crianças, elas estão lá e por estarem



produzem outras relações de cuidado, preocupações e políticas que se concretizam em ações voltadas a elas e que as envolvem, tais como, construção de brinquedoteca e biblioteca, oficinas etc.

Não se trata de movimentos sociais geridos por crianças, como abordados em algumas das pesquisas feitas por Manfred Liebel (2013, 2020, 2024), Paula Shabel (2018) e Gabriela Magistris (2018), mas que as consideram como coparticipes, sujeitos das ações políticas no cotidiano, cujos direitos e desejos foram considerados por nós como mobilizadores de suas ações e, ainda mais, reforçamos, cujas presenças materializam ações políticas e de mudanças, mais ou menos, substanciais nos processos de lutas e no cotidiano das pessoas, de todas as idades, nas moradias. Essa percepção em construção aproxima-se dos debates sobre a presença das crianças, marcando suas necessidades e seus pontos de vista nos modos como o movimento social organiza cotidianamente as vidas das próprias crianças. Entende-se que o debate sobre a infância ainda é incipiente nestes Movimentos ou não ocorre de modo mais contundente e delineado, contudo, se a infância não é tratada como objeto central para o qual seriam destinadas pautas completas em assembleias, ela se faz presente nas preocupações que articulam ações voltadas a ela, ou seja, parece-nos que a infância é praticada e expressa em atos e, desta forma, é politizada. Importa salientar, desde já que, segundo observações feitas a partir da pesquisa anteriormente realizada, que essas ações são ensejadas pelas mulheres, lideranças diretas ou não de ambos os Movimentos aqui tratados. Deste modo, temos que a presença das crianças enseja movimentações dentro dos movimentos aqui tratados, mas eles estão implicados a modos de representar e compreender a infância, ora como idealizada, ora como portadora de direitos. Salientamos que, embora seja possível perceber a criança como agente nos movimentos, vale considerar que a visão adultocentrada não deixa de existir totalmente. Resulta disso, certas relações em que os poderes de pessoas adultas sobre as crianças são bastante acentuados. Vejamos que, especialmente no movimento de luta por moradia, ao indagarmos sobre uma definição de infância nos aproximamos de hiatos nas vidas das adultas, em que o tempo de criança não foi vivido a contento. Ao contrário, expressa-se agruras, desigualdades, imposição de responsabilidades e exploração em trabalhos pesados:

Ahh, ser criança pra mim, é *top*, porque a criança tem direito de brincar, eu não tive infância. Eu acho bom a criança brincar, pintar. Tudo relativo à criança pra mim, é bom. Ser criança numa ocupação é bom. Eu tenho filho e quero que ele tenha um lugar pra dormir, por isso a gente ocupa. Eu acho que o movimento (MMLJ) é uma mãe. (Graciele, moradora da Ipiranga, 2022, p. 21).

A presença de crianças nesses movimentos evoca memória de uma infância não vivida pelas adultas evocando a representação de brincadeiras e manifestações expressivas compondo o cotidiano como direito. Em suma registram certo ideal de infância, qual seja, aquela que gostariam de viver concretamente em espaços de brincadeiras, sem trabalhar desde pouca idade nas mais diferentes funções, como, puxar carroças para coletar recicláveis ou na lida do campo. As crianças presentes remetem à luta pelo que não se teve e sua concretização no agora. O movimento resulta de desejos e ausência de direitos efetivados, ao mesmo tempo que abraça as pessoas que dele participam e, ainda, produz formação política que se traduz e se produz nos cuidados destinados às crianças. Não se trata da concepção universalizante sobre as crianças, já que seguramente, os movimentos sociais não se configuram como espaços sem relações de poderes entre as pessoas, pelo contrário. Resistências e poderes, como bem abordou Fábio Accardo de Freitas (2022) encontram-se na composição das relações entre todos os participantes e não seria diferente quando consideramos as crianças, sem esquecer os/as bebês. O agenciamento político é relacional e assim se faz na presença das crianças. Contudo, o que gostaríamos de enfatizar é que mesmo diante das disputas e relações de poder; termos a presença das crianças implica provocar a produção de pensamentos sobre outras formas de relacionar-se politicamente no movimento social urbano em questão. Deste modo, vale reafirmar que não se trata de concepções idílicas de infância, ou, de movimentos sociais, mas de querer contribuir com reflexões sobre as crianças em perspectiva não hegemônicas e universalizantes e suas contribuições para a construção de outras relações no intemo desses movimentos e suas projeções para as conquistas e manutenção dos direitos, neste caso, à habitação urbana e rural. Salienta-se que a escuta dessas crianças e das adultas que com elas forjam lutas cotidianas se constitui como importantes recursos para que as conheçamos. Essa prática de escuta sensível permite-nos, inclusive refletir sobre processos decoloniais e colonizadores (Ramalho, Diniz e Bizzotto) 2023, que podem ser identificados como ainda persistentes nas relações estabelecidas entre todas/os/es no interior de assembleias, debates e nas demais práticas diárias. Ao pensarmos sobre o papel das crianças como objeto de poder, essa questão exige especial atenção.

## **“TODOS OS MEUS FILHOS BEBÊS FORAM PARA ATOS”: A PRESENÇA DE BEBÊS NA LUTA PELA MORADIA**

Os dados aqui apresentados são parte de uma pesquisa de doutorado com e sobre bebês<sup>3</sup> que vivem com suas famílias, ligadas a um movimento social de luta por moradia, em um prédio ocupado para fins de moradia, a Ocupação Ipiranga<sup>4</sup>, no centro da cidade de São Paulo. Seu principal objetivo foi compreender a produção do espaço da Ocupação pelos bebês, tendo como ponto de partida a definição de Henri Lefebvre (2001) de que o espaço é obra e produto das relações humanas, dentre as quais aquelas que ocorrem entre e a partir deles, além do reconhecimento dos bebês como sujeitos históricos e sociais, que ocupam diferentes lugares em diferentes sociedades. Isso significa que não há concepção, imagem ou sentido constituídos sobre eles que não sejam contextuais, o que se opõe a qualquer definição única e universal do ser bebê (Cohn, 2005). Ao longo da investigação, o foco nas relações, práticas e representações constituídas sobre os bebês moradores da ocupação incide em outros questionamentos: o fato de morar na ocupação faz dos bebês sujeitos participantes da luta pela moradia? O que isso significa para suas vidas? Nos limites desse texto, evidenciamos alguns dos dados da pesquisa de campo<sup>5</sup> que nos permitem refletir sobre essas questões.

Na Ocupação Ipiranga, moram 32 famílias, que abriram as portas de suas casas, especialmente ao longo do ano de 2022 e início do ano de 2023, quando se efetivou o trabalho etnográfico. Durante esse período, quatro bebês e suas famílias tiveram sua rotina acompanhada pela pesquisadora, que esteve com eles em atividades dentro e fora da Ocupação, incluindo seus trajetos diários até as creches que frequentavam.

Aos poucos, foi possível compreender como a Ocupação, como uma comunidade não autônoma e parte de um movimento social organizado, tem o dia a dia composto de algumas práticas que, de certa forma, também são condições para entrada, permanência no movimento e justificam a própria existência dele. Dentre essas práticas, destacam-se atividades tradicionalmente associadas à luta política como

---

<sup>3</sup> A utilização do termo “um bebê” ou “o bebê”, ao longo deste texto, que parece remeter ao masculino genérico, não desconsidera o quanto a oposição binária masculino e feminino impacta a vida e experiência das crianças, desde bebês. Com intuito de registrar nossa posição contrária a essa oposição, optamos pela inclusão registrada nesse rodapé inicial.

<sup>4</sup> Trata-se da Ocupação Ipiranga: um prédio com 6 andares, construído originalmente como um hotel, em meados dos anos de 1940, localizado na Avenida Ipiranga, região conhecida como central da cidade de São Paulo. Abandonado desde o início dos anos 2000, foi ocupado para fins de moradia em outubro de 2018. É organizada pelo Movimento de Moradia na Luta por Justiça, ligado ao movimento Frente de Luta por Moradia, que é uma das grandes entidades articuladoras dos movimentos de moradia que atuam na cidade.

<sup>5</sup> Ressalta-se que a produção dos dados dessa pesquisa ocorreu por meio da análise de fontes documentais, como legislações, fotografias e mapas, e de etnografia, com foco em quatro (4) bebês e suas famílias moradoras da Ocupação Ipiranga.

reuniões, mutirões e diferentes manifestações nos espaços públicos, que ocorrem regularmente. Essas são, no geral, práticas comuns e institucionalizadas, ainda que não restritas, pelos movimentos sociais como forma de caracterizar e praticar “a luta”. Ao considerar a existência dessas práticas como constituintes da vida de todas as famílias que ali moram, questionamos o que isso poderia significar para a vida dos bebês; assim como também passamos a refletir sobre o que a presença dos bebês significaria para esse modo político de viver. Observe-se alguns trechos do caderno de campo:

Dona Vera, por exemplo, me relatou algumas vezes, ter levado Nicole em reuniões e assembleias, assim como também afirma Denise, mãe de Levi: “Eu fui para um ato com a Manu bebê. Todos meus filhos bebês foram para ato... Levi já foi para ato. Aqui não teve nenhum que não foi [...]” (Denise, mãe de Levi, entrevista realizada em 27/04/2022).

Nas palavras de Denise “ato” parece remeter à ação de ocupar as ruas da cidade como forma de manifestação ou reivindicação de certos direitos. Essa manifestação transforma a rua que, por um breve período, deixa de ser um lugar de passagem (especialmente quando se fala das ruas e avenidas do centro da cidade) e adquire um sentido de ato político que, nesse caso, ocorre em companhia dos bebês. No momento dessa entrevista, Levi, filho de Denise, não havia completado dois meses de vida e, conforme depoimento da mãe, já havia ocupado as ruas, levado pela necessidade imposta pela “luta”, indicando como as manifestações são parte da vida cotidiana de todos, incluindo a dos bebês que habitam a Ocupação Ipiranga. Evidencia-se, nesse sentido, como ser bebê morador de uma ocupação, organizada por movimento social, pode incidir em determinadas experiências de vida que raramente ocorreriam em outros contextos. Essa perspectiva analítica é fundamental para estabelecer o contraste com o ideal de base urbana e ocidental que, historicamente, reproduz o ideário da casa ou do espaço privado como o lugar dos bebês.

Ainda que ao longo da pesquisa não tenha sido possível acompanhar nenhum dos bebês em atos ou manifestações pela cidade, considera-se fundamental refletir sobre a informação dada pelas mulheres de que os bebês, muitas vezes, seguiam junto delas na luta manifestada nas ruas. Trata-se, nesse sentido, do reconhecimento da presença dos bebês ou da infância presentificada nesse espaço. Por essa razão, importa refletir detidamente sobre o tema, reconhecendo os atos ou manifestações na cidade como possibilidade de apropriação do espaço. Ainda que isso não seja suficiente para alterar a lógica da reprodução capitalista ou do cotidiano programado da cidade, esse ato pode anunciar, como potência utópica, a existência de diferentes grupos, tomadas de consciência dos processos de dominação e quiçá a transformação da realidade social

(Alves, 2019). Dito isso, destaca-se, no caso, a presença materializada do bebê, o “corpo bebê”, que se junta a outros e forma parte de um corpo coletivo que evidencia a potência da dimensão espacial (Alves, 2019).

No caso de Levi, é possível pensar, por exemplo, como mesmo no colo de sua mãe, sua própria presença pode se configurar como forma de participar do ato, de ser coparticipe desse processo. Essa presença pode ter sido marcada por um choro, pelo passo da mãe que precisa ser desacelerado em meio à rua, por uma parada para amamentação (na maioria das vezes que Levi foi acompanhado pela pesquisadora, ele permanecia com a mãe, sendo amamentado). Essas ações podem não só reposicionar modos de agir das pessoas que seguem junto dele, mas também ditar novos ritmos para a própria manifestação. Por outro lado, esse processo pode também incidir em imagens de bebês e de lugares socialmente ocupados por eles, indagando as construídas ideias de que as lutas na rua são protagonizadas por homens e adultos, assim como de que a casa, ou o ambiente privado, é naturalmente o espaço que os bebês devem ocupar.

Ora, se uma manifestação pode ser considerada potencialmente como brecha no cotidiano programado da cidade (Carlos, 2007), isto é, como algo que pode romper com a cadência da rotina, com os trajetos predefinidos, com a submissão ao consumo, com um processo tantas vezes alienante da vida urbana (Moreaux, 2013). A presença do bebê, à sua forma, agindo, provocando e estabelecendo outras relações, também pode ser assim considerada: nesse caso, uma “ruptura que ocorre na ruptura”, uma incidência muito sutil que muitas vezes pode parecer despercebida ou naturalizada pelos adultos. Contudo, essa incidência, além da possibilidade de participação dos bebês na luta, possui um real potencial de transformação, mesmo que efêmera, desse cotidiano programado.

Destaca-se ainda que, embora em meio às conversas Denise pareça evidenciar uma intenção de aprendizagem política dos filhos ao levá-los em atos, isso não parece um consenso entre as demais moradoras. Compreende-se que essas diferentes concepções correspondem, justamente, a representações diversas, para cada família, do que é ser bebê (ou criança) e do que se espera para eles, assim como também à pluralidade sobre as condições objetivas de cuidados com as crianças, as quais incidem, por exemplo, em ter ou não com quem compartilhá-los em determinados momentos para poder participar das atividades do movimento.

Em muitas das conversas travadas com a pesquisadora, evidencia-se também, e ao mesmo tempo, como a presença de um bebê, e a das outras crianças na família,

parece impedir a participação das adultas em atividades do movimento. Essa dificuldade ocorre especialmente quando se trata do ato de ocupar, ou do “dia da festa”, como costumam se referir no movimento ao ato de entrada para ocupação de lugares vazios e abandonados, muitas vezes inóspitos, sujos, sem iluminação e que quase sempre culminam em algum tipo de intervenção policial. Renata, mãe de outra bebê participante da pesquisa, chega a afirmar, por exemplo, como era mais fácil participar de atividades do movimento quando não tinha a bebê e que “não há lógica” estar com as crianças em alguns momentos como esses.

Percebe-se uma diversidade nas formas de pensar a relação entre os bebês e as manifestações: enquanto umas afirmam a importância de levá-los aos atos e em outras atividades da Ocupação, outras consideram que suas próprias existências as impedem de participar deles. Isso significa não haver um consenso, quiçá uma regra, que determine ou oriente suas participações nessas atividades, assim como também não parece haver um consenso ou uma imagem comum que explicita o que essas mulheres consideram ser bebês, o que esperam para eles, tampouco sobre suas possibilidades de participação na luta.

Sobre isso, é importante considerar como os bebês, ao longo da pesquisa, são representados de diferentes formas: ora como um sujeito determinado a partir das diferenças etárias entre as crianças (aquele de menor idade), ora como um sujeito genérico (como um corpo biológico) ou como “meu bebê” (quando personificado, esperto e capaz). Essas definições aparecem, muitas vezes, de maneira sobrepostas, mas também diversas quando consideradas em relação ao próprio movimento. Referimo-nos, nesse caso, à outra representação de bebê, identificada especialmente nos discursos de Dona Vera e de Neti, coordenadoras da Ocupação, que os designa como bebês “do” ou “para” o movimento:

No movimento tem um grande avanço... porque sem o bebê no movimento, o movimento não tem sentido [...] ele (o movimento) agrega, ele acolhe o bebê como um ser muito importante, pro movimento, para luta... eu acho que mais que um idoso, mais que um jovem, o bebê é mais importante para a luta. (Dona Vera, entrevista 02/06/2022).  
Bebê é vida! [...] Meu Deus!!! (pausa...) Bebê é esperança, perseverança. É a razão da gente continuar... é isso, principalmente dentro das ocupas. (Neti, entrevista 20/01/2023).

Destacamos tais depoimentos para refletirmos sobre algumas questões. A primeira deles refere-se ao fato de essas expressões “ser bebê do ou para o movimento ou para a ocupa” aparecerem apenas nas conversas realizadas com Neti e Dona Vera, que têm em comum o fato de ser, ou já ter sido, coordenadora do movimento, sendo

muito provável que esse fato já as tenha colocado no lugar de responder ou falar publicamente em nome do movimento ou da própria Ocupação, papel que elas parecem mobilizar aqui. Essa mobilização aparece ao falarem dos bebês de uma outra forma, que não aquela genérica ou pessoal, pois em suas representações é possível identificar um discurso sobre bebê, construído na e em relação com o movimento, algo que não aparece no discurso das demais mulheres entrevistadas.

Nesses termos, é possível observar que Neti e Dona Vera, ao mobilizarem outros discursos para caracterizarem os bebês, acabam dizendo muito mais sobre o movimento do qual fazem parte e evidenciando indícios do próprio cotidiano da Ocupação, do que exatamente sobre eles. Isto é, o acolhimento e o sentido que definem os bebês ocorrem em um lugar que já existe (a Ocupação) e existem como manifestação de uma luta (pela moradia), que ocorre para além deles ou de suas próprias existências. No limite, é possível afirmar que, ao buscarem definir os bebês, as lideranças acabam colocando em destaque a forma como veem ou gostariam que fossem vistos o próprio movimento e a Ocupação vinculada a ele, especialmente na capacidade de acolher e integrar os bebês, considerando-os, ainda que não consigam exatamente explicar o porquê, como muito importantes para aquele lugar.

Além disso, considera-se haver nessa ideia do bebê como “mais importante da luta” uma dimensão relacionada ao seu reconhecimento como sujeito de direitos e como um potencial mobilizador para garantir direitos a outras pessoas, conforme é possível observar nesse trecho de uma das entrevistas:

A gente reivindica muito os nossos bebês. [...] A gente vê muito isso quando a gente ocupa algum lugar... quando vem o poder público, a polícia, pergunta: “quantas crianças têm? Que faixa etária que é?”... assim, sabe!? Não pergunta de jovem, de adulto... vai mais nas crianças, assim... quantas crianças tem aí? É muito reivindicado... por isso que as crianças aqui importam (Dona Vera, entrevista realizada 02/06/2022).

Nesse excerto, ainda buscando definir o que são os bebês, Dona Vera evidencia algo que também não foi abordado pelas demais participantes da pesquisa. Trata-se do fato de que a presença dos bebês na Ocupação pode trazer impactos a seu cotidiano, por exemplo, impedindo ações ou intervenções estatais mais violentas sofridas por seus moradores. Para compreender essa imagem, que também pressupõe um papel atribuído aos bebês pela Dona Vera, consideramos fundamental retomar o reconhecimento, ainda que no campo discursivo, das crianças como sujeitos de direitos, o que nos parece compor o cerne dessa questão. Isso porque, no Brasil, embora haja um hiato entre o previsto legalmente e o que efetivamente ocorre na prática, é inegável que as últimas



décadas foram marcadas por avanços legais que incidem no amplo reconhecimento social das crianças, desde bebês, como sujeitos de direitos. Assim, é possível compreender o porquê de, por exemplo, em caso de intervenções estatais, como ocorrem em processos de reintegração de posse ou de intervenções em momentos de ocupações, serem elas as primeiras a serem consideradas, tal qual narra Dona Vera, ainda que todos os atores que ali estejam, jovens, adultos e idosos, também tenham direitos a serem garantidos. Nesse caso, é como se o discurso da garantia de direitos tivesse maior relevância ou maior “apelo” social quando trata especificamente das crianças, sobretudo reconhecendo-as e evidenciando-as como sujeitos que devem ser protegidos. O fato de a presença dos bebês ser primordialmente considerada, podendo inibir atos que infringem direitos das moradoras e moradores de maneira mais ampla, remete à uma ação deles no cotidiano. Trata-se, novamente, de uma representação de criança, incluindo os bebês, com várias camadas: o ator, sujeito de direitos, que deve ser prioritariamente protegido, também protege e assim torna-se coparticipe da luta.

Essa participação ocorre à medida que a criança e os bebês agem, à sua maneira, e alteram o cotidiano da Ocupação pela sua própria presença e pelo que ela significa. Mais uma vez, referimo-nos à presença dos bebês como as ações materializadas no e a partir do seu corpo. Contudo, a essa ideia precisa ser acrescentado também o que essa presença mobiliza, suas representações, e a presença que se dá também pela ausência (Lefebvre, 2006), como no exemplo anterior, mediando interferências estatais. Assim, a presença dos bebês altera relações e, de certa forma, também reconfigura o espaço. Diante disso, recorreremos às contribuições da antropóloga Alma Gottlieb (2009) sobre o a “agência perdida”, que se refere ao fato de a maioria das sociedades considerar os bebês como menores, incapazes de produzirem efeito legal no outro ou de emitir opiniões que envolvam outras pessoas. Ao contrário, os bebês sujeitos dessa pesquisa, moradores da Ocupação Ipiranga, ainda que acompanhados de outras pessoas, adultas e crianças mais velhas, indicam que são atores longe de serem passivos diante do mundo ao qual pertencem. Afinal, eles contribuem ativamente com elas e nesta relação há possibilidades de entender não só a vida na Ocupação, mas a sociedade, em geral (Gottlieb, 2012).

Para Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007), considerar bebês como agentes que mudam cotidianos é uma forma de contribuir para superação de sua invisibilização no cenário político. Por isso, interessa-nos também compreendê-los como atores políticos, não somente por serem reconhecidos como sujeito de direitos, tampouco por motivar a existência da luta pela moradia (que ocorre além deles), mas especialmente por serem

compreendidos como sujeitos que participam dela, como mobilizadores de atos que alteram o cotidiano da cidade, da Ocupação, quando, por exemplo, impedem a entrada de agentes estatais. Diante disso, consideramos fundamental reconhecer a existência de certas especificidades, experiências vividas pelos bebês, que só são possíveis exatamente por morarem em um prédio ocupado e organizado por movimento social. Nesse sentido, a presença de bebês produz o espaço da Ocupação, e eles compõem e participam, a seu modo, da luta.

## **AS CRIANÇAS E A LUTA PELA TERRA**

As reflexões aqui apresentadas são parte de uma breve revisão de literatura sobre crianças em movimentos de luta pela terra e que é fruto de uma pesquisa de doutorado, em andamento, no acampamento Marielle Vive!, localizado na cidade de Valinhos / SP<sup>6</sup>. O objetivo desta pesquisa é entender como ocorrem as práticas cotidianas nas inter-relações entre mulheres e crianças. Para esse texto, foi feito um recorte da vivência cotidiana das crianças que fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, as Sem Terrinha, buscando indícios sobre as crianças e a luta pela terra numa perspectiva intergeracional<sup>7</sup>.

As crianças Sem Terrinha moram em um dos maiores movimentos sociais da América Latina e vivem o cotidiano da luta junto aos seus familiares, inclusive o ato de ocupar terras que é um dos inúmeros instrumentos de luta do MST. Há 41 anos, ou há mais de 500, se considerarmos os roubos e furtos da terra no Brasil, a ocupação é uma estratégia que possui um triplo sentido: representa a decisão de reivindicar um espaço que não cumpre sua função social, a oportunidade de transformar a exclusão vivida cotidianamente e um ato de enfrentamento ao modelo político brasileiro. Acampar, também nomeado como lona preta (Muratti, 2005), está intrinsecamente relacionado ao ato de resistir e persistir que exige, para sobrevivência dos camponeses, organização interna e apoio da sociedade civil que defende a reforma agrária. Essa forma de resistir e de lutar por uma vida digna está pautada na consciência dos camponeses de que é preciso lutar para transformar algo.

---

<sup>6</sup> No dia 14 de abril de 2018, a Fazenda São João das Pedras, que estava improdutiva há cinco anos devido à especulação imobiliária, foi ocupada e começou a ser transformada no acampamento Marielle Vive!, ocupando ⅓ do local. Atualmente, moram em média 280 famílias, sendo 120 crianças menores de dezoito anos.

<sup>7</sup> O percurso metodológico desta pesquisa estruturou-se na análise de fontes documentais -legislação e fotografia produzida pelas próprias crianças - e na etnografia com imersões quinzenais de dois a três dias.

E no MST o ato de ocupar é feito em família - mulheres, crianças, jovens, anciãos e homens – que estão lutando não apenas por um lote de terra, mas pela vida e por outras transformações sociais. Desde o início das primeiras ocupações, as crianças, desde a mais tenra idade, estiveram presentes nas ocupações da terra, manifestações, momentos de vitória e derrota do Movimento. E podemos inferir que se trata de presença marcante, a ponto de reverberar em ações para e com as crianças a partir de seus direitos, sonhos e urgências. Isso soma-se às reflexões iniciais sobre a importância da presença, de escutá-las e a seus gestos, atos, solicitações, considerando-as dentro de um princípio democrático de produção de direitos, debates e formação humana como prediz Caldart (2000).

A pesquisadora e militante Márcia Ramos tensiona a compreensão das infâncias na luta pela terra ao argumentar que “A criança da classe trabalhadora *‘nasce dentro de sua classe’*” (Ramos, 2021, p.131, *itálico da autora*). As crianças camponesas da classe trabalhadora vivem cotidianamente a ausência de terra, atrelada a tantas outras ausências: alimentação, saúde, educação; experimentando “na pele” as violências, explorações e opressões do sistema capitalista. Isto é, a classe social ocupada delineia “o lugar concreto da criança na experiência da vida” (Queiroz, 2021).

Para as crianças Sem Terrinha, a luta pela terra é uma vivência cotidiana, em que moram, brincam e participam de todas as ações do Movimento: assembleias, ocupações, marchas, festividades, situações de despejo, cirandas, encontros nacionais e regionais, entre outras. E, assim, no cotidiano da luta com seus familiares e outros integrantes do Movimento tornam-se “sujeitos construtores de um processo transformador, a ter ideais, projetos de futuro, perspectivas de vida, tendo como referência a coletividade” (Rosseto, 2009, p. 39).

A pesquisadora Roseli Caldart evidencia que há uma dimensão formativa nessa vivência cotidiana de estar se formando dentro de um movimento social, cujos princípios de luta, coletividade e organização política alicerçam a participação delas e possibilitam a construção de instrumentos políticos (cirandas, mobilização e escola<sup>8</sup>) para e com as crianças; em razão da necessidade real de enfrentamento dos desafios vivenciados diariamente – os conflitos com o latifúndio e com o agronegócio, o despejo e a fome, entre inúmeros outros (Ramos, 2021). De acordo com a autora, trata-se de um processo educativo que perpassa todas as “ações do MST e a vivência de cada sem-

---

<sup>8</sup> De acordo com Márcia Ramos (2021), são três os instrumentos políticos que delineiam a construção de um projeto político para e com as crianças Sem Terrinha: as cirandas, as mobilizações infantis e as escolas.

terra no movimento de sua própria história, de fazer-se em formação”. (Caldart, 2000, p. 143).

O próprio nascimento do nome Sem Terrinha revela essa construção diária das crianças no MST, junto a outros adultos. Em 1996, durante um Congresso Infantil Estadual de São Paulo, as crianças iniciaram uma ação-brincadeira de se chamar de Sem Terrinha, promovendo uma identificação entre elas. No próximo ano, os encontros regionais da infância do Movimento começaram a ser nomeados de Encontro Sem Terrinha (Ramos, 2023). Além do quê, Caldart (2000) aponta mais dois aspectos da elaboração do nome próprio Sem Terrinha que é escrito sem hífen, com letra maiúscula e no singular: um deles é a construção autônoma de um nome próprio feito pelos próprios integrantes do Movimento a partir da luta, já o outro é a forma como esse nome incide na formação da identidade das crianças.

Contudo, ainda que as crianças tenham estado presentes em toda a trajetória de luta do MST, o reconhecimento delas como sujeitos foi um processo construído ao longo do tempo. Somente quando as mulheres assumiram papéis no Movimento, inicia-se a visibilidade das crianças e, ao mesmo tempo, a criação de espaços específicos para elas: as cirandas, as mobilizações e as escolas. Revela-se nesse movimento as relações intergeracionais dentro do MST: a articulação do lugar e da luta das mulheres no Movimento, de um lado; o início do reconhecimento das crianças como sujeitos políticos e dos direitos delas dentro do Movimento, do outro.

Se por um lado as demandas das crianças mobilizaram o conjunto do MST a refletir sobre o espaço delas no interior do Movimento, por outro foi a partir da luta das mulheres pelo direito de trabalharem no setor de produção do MST e de participarem dos espaços de decisão, que foi criado o espaço dedicado à infância Sem Terra: a Ciranda Infantil (Freitas, 2022, p. 108).

Em síntese, ao longo da trajetória do MST, as crianças deixaram de ser “testemunhas” da luta pela terra e passaram a ser sujeitos com nome próprio – Sem Terrinha (Caldart, 2000), a partir de uma práxis social construída pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra com as crianças, em um exercício constante de ensiná-las a lutar pelos seus direitos. Na prática, isso significa a construção de uma educação política para e com as crianças, a criação de espaços para elas dentro da organização e dos lugares em que vivem e a implicação dos adultos em ouvi-las e enxergá-las em suas infâncias. Ramos (2021) conta que as crianças dentro do Movimento proporcionaram “outro ritmo, outros movimentos, novas cores no movimento camponês” (2021, p. 131).

Toda essa experiência de luta cotidiana das crianças “têm construído o seu lugar como atores políticos, modificando a sua própria realidade, forjando uma outra experiência de infância e outras relações sociais entre elas, e entre elas e adultos” (Freitas, 2022, p. 96). Esse argumento dialoga com as reflexões do sociólogo da infância alemão Manfred Liebel (2012), que destaca os processos de formação vivenciados dentro dos movimentos sociais e o quanto esses processos podem aproximar os mundos dos adultos e das crianças na luta por direitos. Isto é, a vivência das crianças em movimentos sociais, neste caso na luta pela terra, traz indícios de uma dimensão coletiva que ocorre nas relações intergeracionais e intergeracionais (Freitas, 2022).

Esse argumento vai ao encontro do que Leena Alanen (2001) indaga, no campo da Sociologia da Infância, de que há uma fragilidade em entender a categoria da infância distinta da geração, visto que as posições sociais ocupadas por adultos e crianças são específicas e que possuem estruturas particulares. A autora destaca que há uma relação de poder entre adultos e crianças, e as crianças ocupam uma posição subordinada nessa relação.

Isso nos leva a refletir a respeito de uma proposição elaborada por Freitas (2022), em diálogo com Samanta Punch (2016), de que a vivência social e a vivência espacial das classes populares na realidade latino-americana possuem características específicas. Segundo o autor, existe um forte componente comunitário nas relações familiares e extrafamiliares das crianças Sem Terrinha, e “a participação política das crianças é possibilitada por essa estrutura coletiva do movimento social, por vezes potencializada, por vezes limitada, mas sempre articulada a partir das relações adultos e crianças” (Freitas, 2022, p. 107). Como exemplo, Ramos (2021) explicita que os encontros estaduais, regionais e federais são organizados exclusivamente para as crianças Sem Terrinha, mas por vezes os encaminhamentos definidos pelos adultos não possibilitam que os tempos e os modos de expressão e de luta das crianças tenham espaço para acontecer da maneira prevista por elas. Como sinaliza Freitas (2022, p. 275):

Entendo que é justamente a presença delas no movimento, assim como a existência de instâncias participativas, que possibilita às crianças darem visibilidade às demandas do seu grupo geracional, tensionando o próprio MST a repensar sobre o seu papel na organização política e as possibilidades de sua participação. No momento em que conquistam seu lugar de sujeitos, podem apresentar as tensões que enfrentam, suas demandas e suas decisões, provocando mudanças no movimento social. O que indica que, na dinâmica dos movimentos, as hierarquias de poder não são rígidas, nem definitivas, mas tensionadas pelos atores e, portanto, sujeitas a mudanças.

Cabe destacar que a presença das crianças gera um tensionamento nas relações de poder intergeracionais dentro do Movimento. Contudo, essa tensão é sustentada e praticada pelos princípios de luta, coletividade e organização política que o MST defende e exercita de um processo constante de se rever e de abertura às transformações.

Já a vivência espacial, nesse caso estamos nos referindo às crianças que vivem em barracos dentro de um acampamento no MST, é marcada por uma relação entre público e privado – rua e moradia – com mais autonomia no espaço. A proximidade entre barracos e o tamanho deles, a falta de água e luz em suas casas, o enfrentamento das intempéries do tempo, os inúmeros espaços coletivos do MST – a cozinha comunitária, a escola, a horta, as festividades, as reuniões, as manifestações – são elementos que incidem nos modos das crianças viverem e ocuparem os espaços públicos e privados do acampamento. Sem romantizar a experiência de viver em barracos, é notável as diferentes maneiras como as crianças se apropriam do espaço e os diversos trânsitos que realizam em toda a extensão do acampamento, sendo comum crianças pequeninas, desde bebês, junto às maiores indo buscar água próximo da entrada do acampamento ou ainda indo sozinhas participar da ciranda que acontece aos sábados no acampamento Marielle Vive!.

Tanto as especificidades da vivência social como da vivência espacial mostram indícios de que as relações intergeracionais e intrageracionais são elementos importantes para entender as crianças na luta por terra, revelando existir uma interdependência entre adultos e crianças no interior dos movimentos sociais. Indo ao encontro do alargamento promovido por Punch sobre a compreensão de que conceito de agência não ocorre apenas de uma forma individualizada ou nem mesmo autônoma, mas apoiada nas relações de pessoas com diferentes idades (Punch, 2016). Esse alargamento convoca a pensar nas condições sociais, históricas, políticas e estruturais nas quais as crianças vivem, contrapondo-se a uma visão da agência na perspectiva pessoal ou mesmo descontextualizada do contexto vivenciado por elas. Semelhante ao que Liebel (2019) situa a agência como parte de uma rede complexa que resulta das relações sociais vivenciadas pelas crianças.

Por fim, compreendemos que esse tensionamento com as relações intergeracionais pode ser uma maneira de compreender mais profundamente a presença das crianças em espaços de luta pela terra, considerando as distintas realidades culturais, sociais e políticas vivenciadas por elas (Alanen, 2010; Liebel, 2012; Pavez & Sotto, 2018; Freitas, 2022).

## **CAUSA, RAZÃO, PRETEXTO, PRESENÇA: INFÂNCIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS, FINALIZANDO**

Neste artigo, buscou-se destacar a importância e a força da presença das crianças na produção do cotidiano de lutas e conquistas de dois movimentos sociais no município e no estado de São Paulo, bem como as reverberações possíveis nas mudanças dos modos como organizam espaço e tempo, aproximando-os de alguns dos desejos e das necessidades das crianças. Para acessar empiricamente as crianças, os ritmos e as relações que possibilitariam entender suas presenças e provocações ao cotidiano, fez-se necessário nos colocarmos dentro e fora da Ocupação e do Acampamento, ao mesmo tempo estar dentro, sendo de fora, e tentar certa integração. Nos movimentos, o que antes não era considerado passa a ser reivindicado, torna-se objeto de “vaquinhas” para arrecadar dinheiro e adquirir brinquedos, bibliotecas, livros infantis, tintas e jogos. Mas, ainda que compreendêssemos a importante presença, não podemos esquecer que ela não basta por si, ela requer reflexões sobre as condições materiais, econômicas e sociais em que as crianças estão e onde produzem as relações com as demais pessoas, crianças ou não. Interrogar a presença das crianças nos movimentos sociais e o que ela materializa como práticas políticas e mudanças de rumos dentro do próprio movimento implica abertura ao disruptivo e ao descontínuo das relações e das produções humanas.

Contudo, não são apenas aquelas referenciadas no mundo adulto, mas outras, em que meramente suas presenças concretizam-se em atos de mudanças nos rumos tomados pelos movimentos na forma em que são organizados e nas pautas debatidas. Deste modo, afirmamos que, seja no interior das moradias nos terrenos ou edifícios ocupados, nas brincadeiras, nos cuidados entre pessoas adultas e crianças e delas com seus pares de idades iguais ou semelhantes, e ainda quando saem às ruas a pé ou de transporte público, não apenas suas presenças são fundamentais, mas o que essa presença gera como práticas alternativas às pessoas adultas, neste artigo, especialmente, organizadas por movimentos sociais de luta urbana e rural. Não se trata de resistência política deliberada, mas de existência que se torna política em gestos, atos, falas, desenhos, ideias proferidas, diálogos, desejos e necessidades que, ao serem expostos, produzem mobilizações ou movimentações dentro dos movimentos.

Por ora, iniciamos nossas reflexões preocupando-nos com a presença e a relação com as pessoas adultas nos movimentos sociais, buscando contribuir com o aprofundamento das fundamentais discussões feitas sobre o papel das crianças como objeto de poder e as possíveis mudanças dessas mesmas relações a partir do potencial



existente na presença e as relações provocadas. Consideramos fortemente, em nossas pesquisas, algumas de suas falas como manifestações reivindicatórias de outras formas de fazer-se presente e a seus desejos e necessidades mais concretas, aos sonhos que se convertem vagarosamente em concretudes no cotidiano de luta e conquistas constantes. A presença das crianças, talvez, implique a ideia de uma utopia experimental. Utopia, segundo a acepção de Henri Lefebvre (1999), compreendida como construção de práticas que problematizem a cidade e a predominância das disputas mercadológicas, não como algo inalcançável, distante, mas feita em processo e praticada no cotidiano, em pequenos experimentos diários. Podemos inferir que, com a presença e a consideração das crianças, essa utopia conquista um formato mais abrangente, não centrado na figura adulta, e fazendo-se no contínuo processo de transformações e mudanças sociais, cujos formatos sutis ocorrem nas pequenas nuances dos ritmos de seus gestos, de suas falas, de seus choros que manifestam reivindicações, alegrias e dissabores, mas também força política, cujos estudos ainda serão aprofundados para que possamos compreender no âmbito dos estudos da infância, estudos urbanos e de movimentos sociais em relação com a educação.

## REFERÊNCIAS

- ALANEN, Leena. Explorations in generational analysis. In: ALANEN, Leena; MAYALL, Berry. (ed.). **Conceptualizing child-adult relations**. London: Routledge/Falmer, 2001.
- ALONSO, Angela. 2009. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **Geosp**: Espaço e Tempo, v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019.
- ALVES, Suzy de Castro. **As experiências educativas das crianças no acampamento Índio Galdino do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- BIZZOTTO, Luciana Maciel. **Territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão (Belo Horizonte - MG)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2022.
- BUTLER, Judith. **Vida Precária**. Contemporânea. Jan. Junho, 2011, p. 13-33.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: a escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORREIA, Luciana Oliveira. **Os filhos da luta pela terra**: as crianças do MST - significados atribuídos pelas crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social. Dissertação (Mestrado em Educação), 2004.

FREITAS, Fábio Accardo. **Infância e movimentos sociais**: participação política de crianças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2022. Tese Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

GOBBI, Márcia Aparecida. Manifesto em movimento: a pé, de motoca, as crianças na Praça da República em São Paulo. **Childhood & philosophy** [online] vol.18, e-68447. Epub 23-Out-2022. Link de acesso: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/view/68447>

GOBBI, Márcia Aparecida (2017). Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo (Occupations and childhood: children, struggle for housing and children's cultures in the city of São Paulo). **Crítica Educativa**, 2(2), 9-24, 2017.

GOBBI, Márcia Aparecida; FINCO, Daniela. Meninas e meninos em assentamento do MST: representações e diferentes modos de ver e sentir infância no campo. In: SILVA, Isabel Oliveira; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves. (org.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GOTTLIEB, Alma. **Tudo começa na outra vida**: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África. São Paulo: Fap-Unifesp, 2012.

GOTTLIEB, Alma. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, jul./set. 2009.

GOUVEA; Maria Cristina Soares; CARVALHO; Levindo Diniz; SILVA, Isabel de Oliveira e. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, 2021.

GOHN, Mária da Glória **Ativismos no Brasil**: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis - Como impactam e por que importam? Petrópolis: Vozes, 2022

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LIEBEL, Manfred; SAADI, Iven. La participion infantil ante el desafio de la diversidad cultural. **Desacatos**, n. 39, p. 123-140, maio/ago. 2012.

LIEBEL, Manfred. **Infancias dignas, o como descolonizarse**. Peru: Ifejant, 2019.

MORALES, Gabriela MORALES; MAGISTRIS, Santiago. **Niñez en movimiento, del adultocentrismo a la emancipación**. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Ed. Ternura Revelde, Chirimbote, Editora el Colectivo, 2018.

MOREAUX, Michel Philippe. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno a Infância nº 1: Educação da Infância Sem Terra – Orientação para o trabalho de base**. São Paulo: MST, 2011.

MURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST**. São Paulo: Alameda, 2005.

PUNCH, Samantha. Cross-world and Cross-disciplinary Dialogue: A more Integrated, Global Approach to Childhood Studies. **Global Studies of Childhood**, n. 6, p. 352-364, 2016.

QUEIROZ, Caroline Trapp. **Ponto cego: sobre infância, lutar e sonhar**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RAMALHO, Barbara, DINIZ, Levindo, BIZZOTTO, Luciana Maciel. Mulheres em luta e a educação de crianças pequenas em uma ocupação urbana: perspectivas anticoloniais. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** 23 - Jan-Dec 2023.

RAMOS, Márcia Mara. **Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo. **Essa ciranda não é minha só, ela é todos nós: a educação das crianças Sem Terrinha no MST**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina Almeida. Políticas Públicas e Participação Infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, p. 183-206, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SHABEL, Paula "Con ternura venceremos". Organizaciones Sociales en lucha por la infancia digna (1983-2015). In: MORALES, Gabriela MORALES; MAGISTRIS, Santiago. **Niñez en movimiento, del adultocentrismo a la emancipación**, Cidade Autônoma de Buenos Aires: Ed. Ternura Revelde, Chirimbote, Editora el Colectivo, 2018.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

#### MOVIMENTOS SOCIAIS E INFÂNCIAS: A PRESENÇA DAS CRIANÇAS NO COTIDIANO E SUA CONFIGURAÇÃO EM FORMAS DE LUTA POLÍTICA

Social movements and childhood: the presence of children in daily life and their configuration into forms of political struggle


#### Márcia Aparecida Gobbi

Doutorado em Educação  
Pós-doutorado em Estudos Urbanos  
Docente da Faculdade de Educação da USP (FE-USP)  
Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada (EDM-FE-USP)  
Coordenadora do Grupo de Estudos Crianças, práticas urbanas, gênero e imagens  
Universidade de São Paulo  
Faculdade de Educação (FE-USP)  
São Paulo, Brasil  
[mgobbi@usp.br](mailto:mgobbi@usp.br)

 <https://orcid.org/0000-0001-9850-0190>

#### Juliana Diamante Pito

Doutorado em Educação (FE-USP)  
Núcleo de Educação Infantil Paulistinha (UNIFESP)  
Universidade Federal de São Paulo  
São Paulo, Brasil  
[juliana.pito@unifesp.br](mailto:juliana.pito@unifesp.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-0850-4249>

#### Vanessa Marques D´Albuquerque

Mestre em Educação  
Doutoranda em Educação na Faculdade de Educação da USP (FE-USP)  
Universidade de São Paulo  
Faculdade de Educação (FE-USP)  
São Paulo, Brasil  
[vanessa.albuquerque.marques@gmail.com](mailto:vanessa.albuquerque.marques@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-0500-7554>

### ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Avenida da Universidade, 308, CEP 05508-040, Cidade Universitária, USP, São Paulo, Brasil.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as crianças e mulheres moradoras de ocupações e acampamentos e militantes de movimentos sociais que participaram e participam de nossas pesquisas e da luta por direitos.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** M. A. Gobbi; J.D. Pito; V.M. D´albuquerque

**Coleta de dados:** M. A. Gobbi; J.D. Pito; V.M. D'Albuquerque  
**Análise de dados:** M. A. Gobbi; J.D. Pito; V.M. D'Albuquerque  
**Discussão dos resultados:** M. A. Gobbi; J.D. Pito; V.M. D'Albuquerque  
**Revisão e aprovação:** M. A. Gobbi

#### **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

#### **FINANCIAMENTO**

CNPq/MCTI Nº 10/2023 - SIGLA: Universal 2023

#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

#### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

#### **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

#### **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

#### **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 23-03-2025 – Aprovado em: 31-05-2025